

Vulnerabilidade social e o impacto na aprendizagem

Social vulnerability and the impact on learning

Camila Santos França¹
Luciana Elisabete Savaris²

Resumo

A vulnerabilidade social não se limita à pobreza, contempla vínculos fragilizados, a desigualdade no acesso às Políticas Públicas, as violências no núcleo familiar, além do uso de estratégias de sobrevivência que podem trazer riscos para o indivíduo. Dentre todas as faixas etárias que vivem em situação de vulnerabilidade social, estudos apontam que as crianças são as que mais aparecem com seus direitos básicos violados, tornando-se vítimas das desigualdades sociais. Além do mais, a privação, condições de vida adversas, falta de acesso à cultura, bem como ausência de estímulo acadêmico, impactam diretamente na aprendizagem. Diante disto, este estudo teve como objetivo compreender os impactos na aprendizagem de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e quais fatores dentro da vivência de vulnerabilidade podem ser preditores de prejuízos. Trata-se de um estudo de campo de natureza quantitativa, com objetivos exploratórios descritivos e recorte transversal. A pesquisa foi realizada em uma instituição socioeducativa, caracterizada como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, localizada em uma capital do Sul do Brasil. Participaram do estudo 23 familiares/responsáveis e cinco profissionais, indiretamente foram analisadas 26 crianças, todos(as) os(as) participantes estavam vinculados(as) há mais de seis meses ao projeto socioeducacional em região de vulnerabilidade. Os dados coletados foram analisados estatisticamente e conclui-se que 65,38% das crianças apresentaram impactos/prejuízos na aprendizagem, em áreas como leitura, escrita e matemática, e que pais/mães/responsáveis tendem a responsabilizar a criança pelo baixo rendimento escolar, enquanto profissionais associam a questões sociais e familiares.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Infância. Impacto na Aprendizagem na Infância.

¹ Graduada em Psicologia pelas Faculdades Pequeno Príncipe. *E-mail*: camilasantos-franca1@hotmail.com

² Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná. Professora nas Faculdades Pequeno Príncipe. *E-mail*: profelusavaris@gmail.com

Abstract

Social vulnerability is not limited to poverty but includes weakened bonds, inequality in access to public policies, family violence, as well as the use of survival strategies that can pose risks to the individual. Among all age groups living in situations of social vulnerability, studies indicate that children are the ones most frequently having their basic rights violated, becoming victims of social inequalities. Furthermore, the deprivation of adverse living conditions, lack of access to culture, as well as the absence of academic stimulation, directly impact learning. Given this, the objective of this study was to understand the impacts on the learning of children living in situations of social vulnerability and which factors within the experience of vulnerability can be predictors of harm. This is a quantitative, exploratory, and descriptive field study with a cross-sectional approach. The research was conducted in a Socio-educational Institution, characterized as a Social Interaction and Bond Strengthening Service, located in a capital city in southern of Brazil. The study involved 23 family members/caregivers, 4 social educators, and one pedagogue, indirectly analyzing 26 children, all of whom have been linked to a socio-educational project in a vulnerable area for over six months. The collected data were statistically analyzed, and it is concluded that 65.38% of the children exhibited impacts/harm in their learning, particularly in areas such as reading, writing, and mathematics. Parents/caregivers tend to attribute the children poor school performance to the child, whereas professionals associate it with social and family issues.

Keywords: Social Vulnerability. Childhood. Impact on Childhood Learning.

Data de submissão: 27 de outubro de 2023

Data de aprovação: 8 de agosto de 2024

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) não está atrelada somente à pobreza, mas também a vínculos fragilizados, à desigualdade no acesso às Políticas Públicas, às violências advindas do núcleo familiar e ao uso de estratégias de sobrevivência que trazem risco para o indivíduo. De acordo com Alves, Santos e Santos (2016), dentre todas as faixas etárias que vivem em situação de vulnerabilidade, as crianças são as que aparecem com maior privação de seus direitos básicos, dentre eles educação, espaço para lazer e cultura, conforto, e alimentação adequada, tornando-se vítimas da desigualdade social. Esta situação as coloca em risco, sendo apontada como preditora para o desenvolvimento de transtornos mentais na vida adulta.

Segundo Sierra e Mesquita (2006), muitas das violações aos direitos básicos destas crianças ocorrem dentro de casa, seja por situações de violência doméstica, abusos, trabalho infantil e familiares dependentes de substâncias psicoativas. Mas, para além disso, muitas delas também são privadas de políticas públicas que possam atender suas necessidades básicas.

Estas condições de vida adversas, bem como ausência de estímulo para o desenvolvimento acadêmico, impactam diretamente no processo de aprendizagem (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015). Diante destas proposições, este estudo buscou identificar os impactos na aprendizagem de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, assim como relacionar possíveis fatores dentro da vivência de vulnerabilidade que possam trazer prejuízos à aprendizagem.

1 VULNERABILIDADE SOCIAL

Famílias em situação de vulnerabilidade são aquelas que estão expostas a riscos, sejam eles de natureza ambiental, social ou pessoal. A vulnerabilidade pode estar relacionada a uma comunidade toda ou a apenas a algumas famílias. Na maioria dos casos, os indivíduos sobrevivem em condições precárias de higiene, alimentação, saúde e educação. Diante deste contexto, a maior parte dos(as) genitores(as) trabalham de forma autônoma, uma vez que possuem pouca ou nenhuma instrução, fato que dificulta a participação em processos seletivos. A educação passa a ficar em segundo plano, posto que, para esses indivíduos, a necessidade de poder levar alimento para a casa é mais importante (SIMÕES, 2020).

Famílias em situação de vulnerabilidade são aquelas que estão expostas a riscos, sejam eles de natureza ambiental, social ou pessoal.

Para Fonseca et al. (2013), as principais vulnerabilidades que afetam as crianças no Brasil são os riscos ligados à localização da moradia, onde há pouca oferta de serviços públicos, falta de espaços para lazer e cultura, e moradias próximas a pontos de venda de drogas. Em concordância, Carara (2016) acrescenta que as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade são vítimas da desigualdade social e exclusão. Para a autora, famílias nesse contexto possuem vínculos afetivos fragilizados e, como consequência, baixa autoestima.

Hillesheim e Cruz (2008) afirmam que a vulnerabilidade na infância está associada a condições em que a integridade psicológica, física ou moral do indivíduo esteja ameaçada em decorrência de omissões, seja por parte de responsáveis legais ou pelo Estado. Para as autoras, o grau de vulnerabilidade é proporcional à quantidade de risco a que os indivíduos estão expostos.

1.1 PROJETOS SOCIAIS

Diante dos cenários de desigualdades presentes na sociedade brasileira, os projetos sociais nascem a partir do levantamento das demandas e das necessidades de um determinado grupo, sendo o objetivo de seus(as) autores(as) criar estratégias que possibilitem a mudança de vida desses indivíduos (ARAÚJO, 2011). Em concordância, Feijó (2008) afirma que os projetos sociais trabalham a autonomia dos(as) participantes, a fim de que os indivíduos se tornem protagonistas de suas vidas.

Stephanou, Muller e Carvalho (2003) definem os projetos sociais como pontes, devido ao fato de serem responsáveis por fazer a ligação entre o desejo de transformar a vida de uma população e a realidade de se colocar em prática esse sonho. Estes projetos são originados por associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, que visam contribuir para uma mudança no cenário atual de uma determinada população. De modo que, se estabelecidas parcerias com as instituições mediadoras, projetos sociais são capazes de contribuir também na renovação de políticas públicas.

1.2 PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

Os projetos socioeducativos são espaços físicos que visam promover a discussão e a reflexão sobre os valores e princípios, sobre condutas, oportunidades e buscam proporcionar um ambiente que promova o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais e promoção de hábitos

Os projetos socioeducativos são ofertados em contraturno escolar, sendo uma forma de reforçar a importância de que estudantes se mantenham no ensino formal, e busca a reaproximação destes(as) com a escola e com os processos de aprendizagem.

saudáveis (BERGER; GINCIENE; LEONARDI, 2020). Neste sentido, Zucchetti e Moura (2010) ressaltam que as ações socioeducativas são oferecidas a crianças e adolescentes com o intuito de reduzir os riscos de exposição à violência.

Os projetos socioeducativos são ofertados em contraturno escolar, sendo uma forma de reforçar a importância de que estudantes se mantenham no ensino formal, e busca a reaproximação destes(as) com a escola e com os processos de aprendizagem. Como intervenção, são elaboradas atividades que trabalham a higiene, recreação e alimentação. A maioria dos indivíduos que são incluídos nas atividades socioeducativas possuem condições precárias de habitação e pouco cuidado por parte dos(as) genitores(as). Quando não estão na escola, passam a maior parte do seu tempo nas ruas, ficando expostos a violências. Geralmente, são encaminhados ao projeto por professores(as), por familiares ou, em alguns casos, pelo Conselho Tutelar. As ações realizadas pela instituição buscam o desenvolvimento pleno dos indivíduos, preparando-os para a vida em sociedade (ZUCCHETTI; MOURA, 2010).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo de natureza quantitativa, com objetivos exploratórios descritivos e recorte transversal. O estudo de campo é realizado com indivíduos ou grupos que podem fornecer dados úteis e fidedignos (MARCONI; LAKATOS, 1996). O método quantitativo, segundo Silva (2014), busca resultados quantificáveis. Para isso, são utilizadas técnicas estatísticas, tanto na coleta das informações como durante o tratamento delas, a fim de garantir conclusões confiáveis e seguras.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Pequeno Príncipe, tendo sido aprovado mediante o Parecer Consubstanciado n. 5.158.497, foi iniciada a coleta de dados. A pesquisa foi realizada em uma instituição socioeducativa, caracterizada como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, localizada em uma capital da Região Sul do Brasil. A instituição atende em contraturno escolar cerca de 180 crianças com idade entre 6 e 17 anos e que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Participaram desta pesquisa pais/mães ou responsáveis legais pelas crianças inseridas no projeto socioeducacional e profissionais da equipe. Quanto aos critérios de elegibilidade: foram incluídos(as), pais/mães, familiares ou responsáveis legais de crianças inseridas no projeto

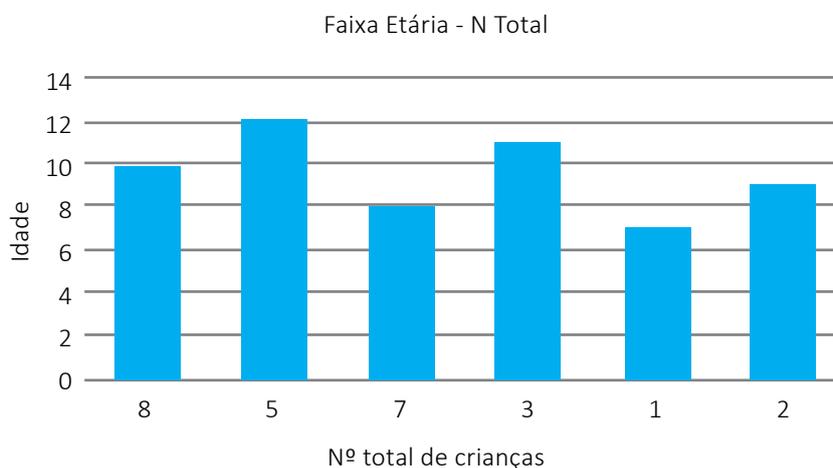
socioeducacional, profissionais da equipe nas categorias de pedagogo(a) ou educador(a) social e vinculação ao projeto socioeducacional a mais de seis meses. Foram excluídos(as): responsáveis legais e familiares das crianças inseridas no projeto socioeducacional com menos de 18 anos, e outras categorias profissionais.

A coleta de dados ocorreu a partir da disponibilização de questionário, desenvolvido pelas pesquisadoras, para os(as) responsáveis com 15 questões e para profissionais com oito questões. Após o convite para participar, para ambos os grupos foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo obtido o aceite formal e esclarecidas quaisquer dúvidas, foi aplicado o questionário.

3 RESULTADOS

Participaram da pesquisa 23 responsáveis, sendo 21 mães, uma tia e um pai. O questionário sociodemográfico dos(as) familiares demonstrou que os(as) participantes foram predominantes do sexo feminino 95,6% e que 91,3% se encontravam na faixa etária acima de 25 anos. Em relação ao número de filhos(as), as famílias possuíam em média três filhos(as). Das 23 famílias selecionadas para pesquisa, estas têm 26 crianças vinculadas ao projeto socioeducacional. A idade média destas 26 crianças foi de 11 anos (GRÁF. 1).

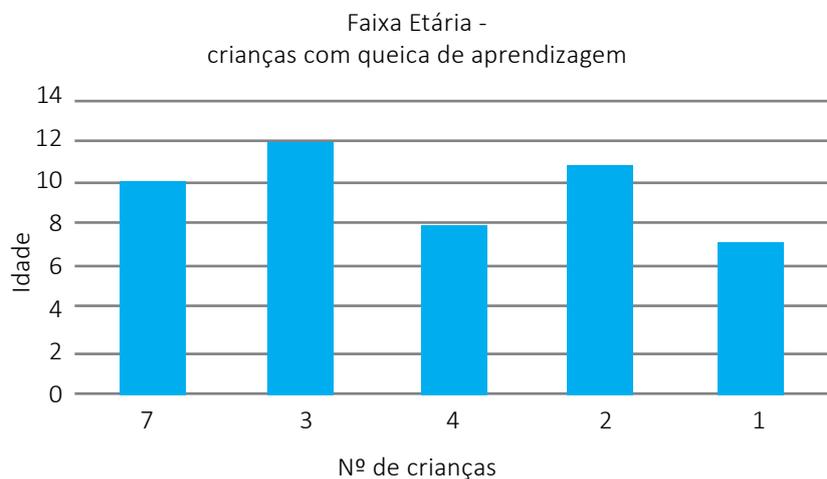
GRÁFICO 1 — Faixa etária das crianças inseridas no projeto



FONTE: As autoras (2024)

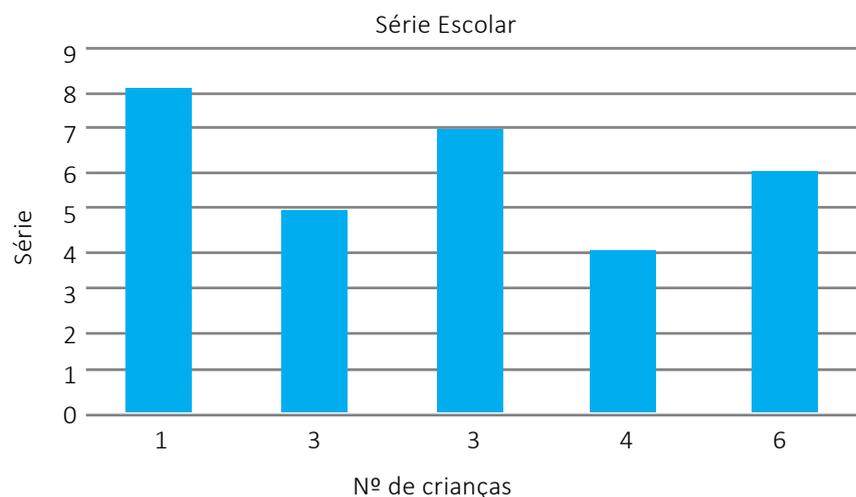
Das 26 crianças, 17 (65,38%) apresentaram queixas relacionadas à aprendizagem (GRÁF. 2 e 3). Quanto à idade média de participantes que apresentaram dificuldade de aprendizagem foi de 10 anos. Desses(as), 58,8% estavam matriculados(as) na rede estadual de ensino. Do total, apenas 18% dos(as) estudantes reprovaram em alguma série.

GRÁFICO 2 — Faixa etária das crianças que apresentaram queixas de aprendizagem



FONTE: As autoras (2024)

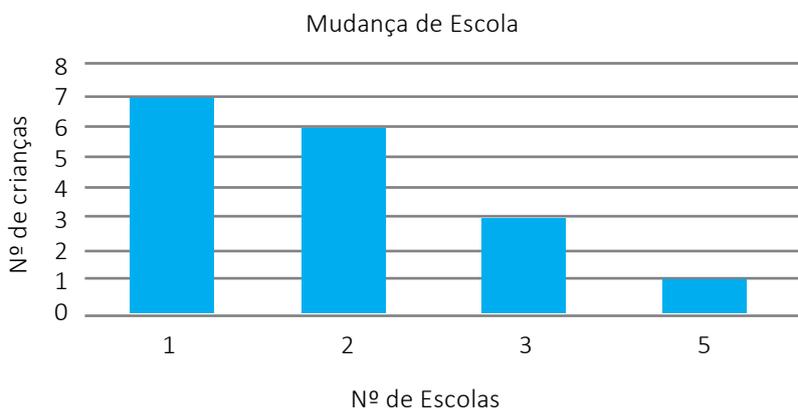
GRÁFICO 3 — Série escolar das crianças com queixas de aprendizagem



FONTE: As autoras (2024)

Quanto à mudança de escola, 41,1% destas crianças que apresentaram queixas relacionadas à aprendizagem frequentaram apenas uma escola, 35,2% frequentaram duas escolas, 17,6% frequentaram três escolas e 5,8% frequentaram cinco escolas (GRÁF. 4). Das 17 crianças, 10 já frequentaram aulas de reforço.

GRÁFICO 4 — Mudança de escola das crianças com queixas de aprendizagem



FONTE: As autoras (2024)

Referente às queixas apresentadas sobre dificuldades de aprendizagem, tanto participantes responsáveis quanto profissionais do projeto socioeducacional afirmam estarem relacionadas às áreas de leitura, escrita e matemática. Os dados e suas particularidades estão apresentados nos QUADROS 1 e 2.

QUADRO 1 — Dificuldades de aprendizagem identificadas por pais/mães

Quantidade de crianças	Área de dificuldade
1	Leitura, escrita e matemática
7	Matemática
3	Leitura
4	Leitura e escrita
2	Escrita

FONTE: As autoras (2024)

QUADRO 2 — Dificuldades de aprendizagem identificadas por profissionais

Quantidade de participantes	Área de dificuldade
3	Leitura, escrita e matemática
1	Escrita
1	Escrita e leitura

FONTE: As autoras (2024)

Quanto à percepção de participantes, pais/mães, referente às possíveis causas das dificuldades de aprendizagem de seus/suas filhos(as), as respostas foram bastante heterogêneas. Mas percebe-se que estes(as) participantes tendem a relacionar as causas com a própria criança (47,05%) e/ou com a escola (17,64%), como pode ser visto no QUADRO 3.

QUADRO 3 — Causas das dificuldades de aprendizagem, segundo pais/mães

Quantidade de participantes	Causas relacionadas
1	A criança é hiperativa.
1	A criança possui um bloqueio, afirma que não vai conseguir.
1	Possui diagnóstico de TDAA e também pela pandemia.
3	Conversa demais na sala de aula e/ou não presta atenção durante as aulas.
1	Só quer brincar .
2	Metodologia da escola .
1	Abuso sexual e assassinato do pai.
1	Pai presidiário, foi visitá-lo e viu-o agredir fisicamente a mãe e a avó materna.
1	Falta de esforço .
2	Pandemia.
1	Mãe sabe que a filha tem dificuldade , porém a escola não comunicou.
2	Não soube relacionar.

FONTE: As autoras (2024)

Participaram da pesquisa cinco profissionais, quatro educadoras sociais e uma pedagoga. Da equipe apenas o assistente social não foi incluído como participante de pesquisa. Quanto à faixa etária, as participantes têm entre 19 e 50 anos e trabalham na área de um a 15 anos.

Na percepção destas participantes referente às causas das dificuldades de aprendizagem, estas encontram-se relacionadas à família (60%) e às condições socioeconômicas (40%). Dados e especificidades estão apresentados no QUADRO 4.

QUADRO 4 – Causas das dificuldades de aprendizagem - segundo as profissionais

Quantidade de participantes	Causas relacionadas
01	Alimentar, emocional, relacional e uso de substâncias psicoativas durante a gestação
01	Emocional e familiar
01	Familiar, condições sociais e emocionais
01	Familiar e emocional
01	“se manter o foco e querer ajudar eles conseguem”

FONTE: As autoras (2024).

Quando se investiga com participantes profissionais quais as dificuldades que estas crianças enfrentam em seu meio, estas relacionam questões familiares e sociais (QUADRO 5).

QUADRO 5 – Dificuldades vivenciadas pelas crianças, descritas por profissionais

Quantidade de participantes	Dificuldades do Meio
01	Higiene, moradia
01	Financeira e estrutura familiar
01	Familiar e social
01	Familiar, falta de acesso aos seus direitos, falta de políticas públicas
01	Falta de ensino

FONTE: As autoras (2024).

Ao responder à questão referente ao impacto destas dificuldades na aprendizagem, as participantes profissionais afirmam que as condições familiares interferem no emocional das crianças, o que afeta o processo de aprendizagem. Indicam ainda que as condições econômicas determinam uma pior alimentação, ausência de melhor acompanhamento de pais/mães, e que estes fatores associados geram desmotivação e diversos prejuízos no processo de aprendizagem. Estas participantes também sinalizam as dificuldades que enfrentam ao trabalhar com estas crianças, conforme QUADRO 6.

QUADRO 6 – Dificuldades apontadas por profissionais para atuar com as crianças

Quantidade de participantes	Dificuldades para trabalhar com as crianças
01	Compromisso da família, conflitos, violências, violação dos direitos da criança, falta de oportunidade para o desenvolvimento.
01	Limites familiares e falta de material pedagógico.
01	Atendimento diferenciado.
01	O profissional as vezes fica de mãos amarradas, pois as famílias precisam ter acesso a tantas políticas públicas que nem sempre são acessadas. Por outro lado, a família na sua situação de vulnerabilidade fica acomodada na sua zona de conforto em não mudar sua realidade, que é possível. E o educando por sua vez, não se sente responsável pela mudança e saída dessa realidade.
01	Falta de incentivo dos pais e o pouco que cada educador pode fazer por cada criança

FONTE: As autoras (2024).

4 DISCUSSÃO

Este estudo buscou compreender os impactos na aprendizagem de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e quais os possíveis fatores dentro desta vivência podem ser preditores de prejuízos na aprendizagem. Constatou-se que 65,38% das crianças cujos pais/mães, familiares ou responsáveis foram selecionados/as para participar deste estudo apresentam impactos/prejuízos relacionados à aprendizagem, ou seja, das 26 crianças, 17 têm alguma queixa relacionada à aprendizagem. Outros estudos como o realizado por Rosa (2021), em área vulnerável de outra Capital no sudeste brasileiro, confirmam este impacto, o pesquisador identificou que de 599 crianças entre seis e sete anos, 107 apresentaram baixo rendimento acadêmico.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021 (Cruz; Monteiro, 2021) aponta as diferenças na taxa de aprendizagem dos grupos com base no Nível Socioeconômico (NSE): no quesito leitura, em 2016 23,4% das crianças com baixo NSE apresentaram adequação, já a porcentagem de crianças com alto NSE foi de 68,2; no quesito escrita, no mesmo ano, apenas 39,7% das crianças com baixo NSE estavam com a aprendizagem adequada, enquanto 86,2% das crianças com alto NSE estavam na mesma

situação; em matemática, em 2016 o percentual de crianças com baixo NSE que estavam com a aprendizagem adequada foi de 24,8%; e, crianças com alto NSE a porcentagem foi de 68,6%.

No presente estudo identificou-se impactos/prejuízos relacionados às áreas da leitura, escrita e matemática e que a situação socioeconômica — falta de acesso à alimentação, precariedade na moradia, falta de higiene, desemprego de pais/mães, barreiras de acesso a Políticas Públicas — interfere no processo de aprendizagem. Isso ocorre por associar-se desde questões nutricionais até os acometimentos no sistema familiar que pode se mostrar mais tenso e sujeito a situações de violência, bem como, parece que estas crianças apresentam menos acompanhamento e incentivo às tarefas acadêmicas, associado a um ambiente com poucas ofertas materiais e imateriais.

De acordo com o estudo realizado por Rosa (2021), 21,9% dos/as estudantes apresentaram dificuldade em duas áreas e 70,5% apresentaram dificuldade concomitantemente na escrita, leitura e matemática, corroborando os achados desta pesquisa. A autora relaciona os resultados com a prevalência de problemas emocionais que por consequência afetam o ensino e aprendizagem desses indivíduos, além do mais, a presença de alguns transtornos como, por exemplo, transtorno do *déficit* de atenção com hiperatividade intensificam a dificuldade (ROSA, 2021).

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 (Cruz; Monteiro, 2021) retrata que em 2020 no Brasil havia 25.048.738 estudantes com idade entre seis e 14 anos, destes 99,4% estavam matriculados na rede de ensino. O documento aponta que a cada 100 estudantes, 93 concluíram o ensino fundamental I aos 12 anos de idade, entretanto, desses apenas 51,5% apresentam aprendizagem adequada em matemática e apenas 61,1% apresentam aprendizagem adequada na língua portuguesa (CRUZ; MONTEIRO, 2021).

A vulnerabilidade e sofrimento social afetam o desenvolvimento e a obtenção de habilidades necessárias para a aprendizagem. Além do mais, a insuficiência de renda impossibilita a compra de itens essenciais para a criança, como calçados, roupas e até mesmo material escolar. As relações fragilizadas entre os/as familiares, traz grande sofrimento e impacto no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A vulnerabilidade econômica causa impacto na esfera emocional e cognitiva, que, quando não trabalhado, repercute em gerações futuras. O fator socioeconômico causa um importante impacto no bem-estar desses indivíduos e a exposição a eventos prejudiciais afeta a qualidade das relações e o cuidado com os(as) dependentes (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019).

A vulnerabilidade e sofrimento social afetam o desenvolvimento e a obtenção de habilidades necessárias para a aprendizagem.

Pereira, Santos e Williams (2009) realizaram pesquisa com 18 professores e com 40 mães de crianças de sete a 10 anos, encaminhadas para o setor técnico de Psicologia do Fórum de uma cidade paulista de médio porte. Observaram estes autores que crianças que vivem em ambientes de violência doméstica, em casas com grande número de moradores, além da vivência de práticas parentais negativas e uso de álcool ou de substâncias psicoativas por algum membro da família, apresentaram um desempenho escolar inferior quando comparado com os pares do grupo de controle.

Corroborando Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019), em estudo realizado com 37 familiares de crianças e adolescentes participantes de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em outra cidade paulista, também de médio porte, que atende indivíduos de seis a 17 anos em contraturno escolar. Resultados apontaram que os(as) familiares veem a escola e os serviços de convivências como locais protetivos, utilizados apenas para distanciar as crianças de suas realidades. Entretanto, a escola não é vista por responsáveis como um espaço de mudança e de rompimento de ciclos. As autoras afirmam que os responsáveis culpam os indivíduos pelo seu mal desempenho escolar, assim como identificado no grupo de participantes desta pesquisa e relacionam os prejuízos com indisciplina e incompetência, utilizando de castigos como forma de punição (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019).

Em concordância, Carara (2016) afirma a partir de seu estudo realizado com profissionais de três escolas municipais na cidade catarinense de médio porte, que atendem estudantes matriculados(as) no Ensino Fundamental, que crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social apresentam baixa autoestima e insegurança. Como consequência, apresentam prejuízo nas relações sociais, o que diminui o entusiasmo pela escola. Além do mais, a fragilização das relações familiares e escolares causa um prejuízo significativo no desenvolvimento do indivíduo. Ademais, a autora salienta que nesse contexto de vulnerabilidade, faltam condições mínimas para que os responsáveis mantenham o cuidado e o estímulo à aprendizagem das crianças.

No estado do Paraná, do total de 2.554.321 estudantes da Educação Básica, apenas 42,8% dos(as) matriculados(as) na rede pública concluem o Ensino Fundamental com aprendizagem adequada na língua portuguesa (CRUZ; MONTEIRO, 2021). Segundo o levantamento realizado em 2019 com estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental, aproximadamente 80% com alto NSE apresentavam aprendizagem adequada na língua portuguesa, enquanto somente 38,2% com baixo NSE estavam na mesma situação (CRUZ; MONTEIRO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, neste estudo, que a vulnerabilidade social é um fator determinante que pode impactar negativamente o processo de aprendizagem infantil, respondendo ao objetivo da pesquisa. Os prejuízos identificados abrangem várias áreas, como matemática, escrita e leitura, e estão ligados a diferentes fatores, desde a falta de uma dieta nutricional adequada até experiências familiares de violência, além da ausência de acesso a políticas públicas essenciais. Essas condições adversas de vida e a falta de estímulo para o desenvolvimento acadêmico contribuem diretamente para o comprometimento do desempenho escolar.

Este estudo oferece uma contribuição ao destacar como a vulnerabilidade social, em suas diversas dimensões, afeta o aprendizado de crianças, especialmente em contextos de pobreza e marginalização. A partir desta análise, evidencia-se a necessidade de políticas públicas mais eficazes e integradas, que possam mitigar esses impactos por meio de intervenções focadas em alimentação, saúde, segurança e apoio psicossocial.

Contudo, o estudo também apresenta algumas limitações. Primeiramente, a amostra utilizada, por ser restrita a uma determinada região ou grupo, pode não refletir as nuances presentes em outros contextos socioeconômicos ou culturais. Além disso, o estudo não abordou em profundidade os impactos emocionais e psicológicos da vulnerabilidade social no processo de aprendizagem, o que seria uma relevante área para investigações futuras.

Diante disso, sugerem-se novos estudos que ampliem o foco para diferentes realidades geográficas e que explorem de maneira mais abrangente a relação entre vulnerabilidade social e outros fatores, como o desenvolvimento emocional e a resiliência. Pesquisas longitudinais também seriam valiosas para acompanhar o impacto dessas variáveis ao longo do tempo, permitindo um olhar mais profundo sobre os efeitos da intervenção em políticas públicas na melhoria da aprendizagem.

Este estudo oferece uma contribuição ao destacar como a vulnerabilidade social, em suas diversas dimensões, afeta o aprendizado de crianças, especialmente em contextos de pobreza e marginalização.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. P.; SANTOS, V. S.; SANTOS, J. F. Infância, vulnerabilidade e situação de risco em São Paulo Afonso – Bahia. **Revista Científica da FASETE**, v. 10, n. 10, p. 68-82, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/513/511>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ARAÚJO, D. S. **A importância dos projetos desportivos na sociedade brasileira**: análise do projeto Riacho Doce, Belém-Pará, Brasil. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desporto) — Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57229/2/Delciraldo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BERGER, A. G.; GINCIENE, G.; LEONARDI, T. J. Pedagogia do esporte e o referencial socioeducativo: diálogo entre a teoria e a prática. **Rev. Movimento de Educação Física da UFRGS**, v. 26, e.26063, 2020. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.102084>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.
- BRITO, M. H. P.; ARRUDA, N. A. O.; CONTRETAS, H. S. H. Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade. In EDUCERE — CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba: PUCPR, 2015. 18670-18693. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.
- CARARA, M. L. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. 2016. 28 f. Artigo (Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos) — Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Orgs.). **Anuário brasileiro de educação básica 2021**. São Paulo: Moderna, 2021.

FEIJÓ, M. R. **A família e os projetos sociais voltados para jovens:** impacto e participação. 2008. 252 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15698/1/Marianne%20Ramos%20Feijo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

FONSECA, F. F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 192-199, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200006>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PEREIRA, P. C.; SANTOS, A. B.; WILLIAMS, L. C. A. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 19-28, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100003>

ROSA, A. P. **Prevalência de problemas emocionais e comportamentais em crianças do primeiro ano do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem de acordo com a avaliação de professores e responsáveis.** 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) — Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-24082021-135844/publico/AnaPaulaRosa.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidade e os fatores de riscos na vida de crianças e adolescentes. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

SILVA, A. J. H. **Metodologia da pesquisa:** conceitos gerais. Guarapuava: Unicentro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa-cient%C3%ADfica-conceitos-gerais.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SIMÕES, E. D. F. As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 3037-3046, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-220>

SOUZA, L. B.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>

STEPHANOU, L.; MULLER, L. H.; CARVALHO, I. C. M. **Guia para a elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo: Sinodal, 2003. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/guia-para-elaboracao-de-projetos-sociais.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. P. G. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 9-28, jan./mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000100002>